

**Fontes históricas para o estudo da reforma do ensino do
Estado do Paraná (1920-1924)****Historical sources for the study of the education reform in the
State of Paraná (1920-1924)****Fuentes históricas para el estudio de la reforma de la enseñanza en el
Estado de Paraná (1920-1924)**

Elaine Aparecida Mayer*

 <https://orcid.org/0000-0002-5495-5887>

Jefferson Mainardes**

 <https://orcid.org/0000-0003-0401-8112>

Resumo: Este artigo investiga as políticas educacionais implementadas no início do Brasil republicano, com ênfase na reforma do ensino do Paraná conduzida por Cesar Prieto Martinez entre 1920 e 1924, analisando-a a partir de um conjunto de fontes históricas oficiais e não oficiais, como relatórios da Inspetoria Geral de Ensino, a revista *O Ensino* e registros da imprensa. Fundamentado nas contribuições de Thomas Popkewitz, especialmente no conceito de “ecologia da reforma”, e nas reflexões de Carlos Roberto Jamil Cury sobre o caráter contraditório das políticas educacionais, o estudo propõe compreender a reforma como um processo histórico e político marcado por disputas de poder, projetos de modernização e tentativas de racionalização do ensino público. A pesquisa evidencia que, ao mesmo tempo em que buscou alinhar a escola paranaense aos ideais republicanos de progresso, civismo, higienismo, alfabetização e racionalização do trabalho docente, a reforma de Martinez reproduziu tensões entre inclusão e exclusão, inovação e resistência. Ao analisar as fontes, observa-se que a reforma extrapolou o campo normativo, constituindo-se como experiência formativa permeada por condicionantes sociais, culturais e econômicos. O estudo reafirma a importância da crítica historiográfica e do trabalho com fontes diversas para compreender o sentido histórico das reformas educacionais e suas repercussões na constituição da escola pública brasileira.

Palavras-chave: Reformas de ensino. Cesar Prieto Martinez. Políticas educacionais. História da Educação. Paraná.

Abstract: This article investigates the education policies implemented in the early years of Republican Brazil, with an emphasis on the education reform carried out in Paraná by Cesar Prieto Martinez between 1920 and 1924. The analysis is based on a set of official and unofficial historical sources, such as reports from the General Inspectorate of Education, the journal *O Ensino* (The teaching), and records from the press.

* Mestre em Ensino de História pelo Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UEPG. E-mail: <elainemayer77@gmail.com>

** Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <jefferson.m@uol.com.br>.

Grounded in the contributions of Thomas Popkewitz—especially the concept of “ecologies of reform”—and in the reflections of Carlos Roberto Jamil Cury on the contradictory nature of education policies, the study seeks to understand the reform as a historical and political process marked by power disputes, modernization projects, and attempts to rationalize public education. The research shows that, while aiming to align Paraná’s schools with the Republican ideals of progress, civic education, hygienism, literacy, and the rationalization of teachers’ work, Martinez’s reform reproduced tensions between inclusion and exclusion, innovation and resistance. Analysis of the sources reveals that the reform went beyond the normative sphere, constituting a formative experience shaped by social, cultural, and economic conditions. The study reaffirms the importance of historiographical critique and the use of diverse sources to understand the historical meaning of educational reforms and their repercussions for the development of public schooling in Brazil.

Keywords: Education reforms. Cesar Prieto Martinez. Education policies. History of Education. Paraná.

Resumen: El artículo investiga las políticas educativas implementadas en el inicio del Brasil republicano, con énfasis en la reforma de la enseñanza de Paraná conducida por Cesar Prieto Martinez entre 1920 y 1924, analizándola a partir de un conjunto de fuentes históricas oficiales y no oficiales, como informes de la Inspección General de Enseñanza, la revista *O Ensino* (La Enseñanza) y registros de la prensa. Fundamentado en las contribuciones de Thomas Popkewitz—especialmente en el concepto de “ecología de la reforma”—y en las reflexiones de Carlos Roberto Jamil Cury sobre el carácter contradictorio de las políticas educativas, el estudio propone comprender la reforma como un proceso histórico y político marcado por disputas de poder, proyectos de modernización e intentos de racionalización de la enseñanza pública. La investigación evidencia que, al mismo tiempo que buscó alinear la escuela paranaense con los ideales republicanos de progreso, civismo, higienismo, alfabetización y racionalización del trabajo docente, la reforma de Martinez reprodujo tensiones entre inclusión y exclusión, innovación y resistencia. Al analizar las fuentes, se observa que la reforma trascendió el ámbito normativo, constituyéndose como experiencia formativa permeada por condicionantes sociales, culturales y económicos. El estudio reafirma la importancia de la crítica historiográfica y del trabajo con fuentes diversas para comprender el sentido histórico de las reformas educativas y sus repercusiones en la constitución de la escuela pública brasileña.

Palabras clave: Reformas de enseñanza. Cesar Prieto Martinez. Políticas educativas. Historia de la Educación. Paraná.

Introdução

Este artigo tem como objetivo investigar as políticas educacionais implementadas no início do Brasil republicano, com ênfase na reforma do ensino do Estado do Paraná liderada por Cesar Prieto Martinez entre os anos de 1920 e 1924, a partir do estudo e da interpretação das fontes históricas que evidenciam os princípios, as estratégias e os impactos dessas ações no contexto educacional da época. O estudo propõe uma abordagem analítica e histórica, com foco em compreender as intenções políticas e os desdobramentos da reforma.

A reforma educacional empreendida por Cesar Prieto Martinez representa um marco na história da educação paranaense, especialmente por sua capacidade de articular os ideais republicanos de modernização com práticas pedagógicas e administrativas inovadoras. Nomeado Inspetor Geral de Ensino pelo então presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, Martinez assumiu a missão de reorganizar o sistema escolar do estado em consonância com os princípios do positivismo, do higienismo e da racionalização do trabalho docente.

A relevância dessa reforma pode ser compreendida a partir de diversas fontes históricas que documentam tanto as ações de Martinez quanto os debates públicos que elas suscitaram. Entre as mais significativas estão os relatórios oficiais da Inspetoria Geral de Ensino, disponíveis no Arquivo Público do Paraná, que registram medidas administrativas, índices de matrícula, formação docente e propostas curriculares. Esses documentos revelam o esforço de Martinez em sistematizar o recenseamento escolar, distribuir recursos e promover a profissionalização do magistério.

Outro conjunto fundamental de fontes são os artigos publicados na revista *O Ensino*, periódico pedagógico criado pela Inspetoria como instrumento de formação e orientação dos professores. Neles, Martinez expressa suas concepções sobre civismo, moral, trabalho e higiene, além de divulgar métodos científicos de ensino e princípios educativos alinhados à Organização Científica do Trabalho ou Taylorismo, conforme analisado por Silva (2019). A revista também funcionava como espaço de sociabilidade intelectual, conforme destaca Sirinelli (2003), sendo um viveiro de ideias reformistas e republicanas.

A atuação de Martinez também foi objeto de crítica e debate na imprensa, especialmente no jornal *Gazeta do Povo*, que refletia os interesses das elites locais e via na educação um instrumento de hegemonia cultural. A análise dessas discussões, como realizada por Silva, Machado e Schelbauer (2024), evidencia o caráter controverso da reforma, marcada por tensões entre inovação e resistência.

Estudos acadêmicos como os de Farias (2021) e Mayer (2024) aprofundam a trajetória de Martinez e sua inserção no campo educacional paulista e paranaense, destacando sua atuação como técnico educacional, conforme a tipologia de Marta Carvalho (2000), e como intelectual ativo que não apenas produz conhecimento, de acordo com Jean-François Sirinelli (2003), mas que também se posiciona frente às questões sociais e busca, por meio de sua produção intelectual, influenciar a sociedade em que vive.

Para que a discussão sobre as políticas educacionais desse recorte temporal, vislumbradas na perspectiva reformista de Cesar Prieto Martinez, se desenvolva de maneira mais coerente e sistemática, além desta introdução e das considerações finais, este texto foi estruturado em mais seis seções, a saber: a) Compreendendo a reforma educacional de Cesar Prieto Martinez; b) O trabalho com as fontes; c) Sobre o inspetor Cesar Prieto Martinez; d) O contexto histórico da educação paranaense na década de 1920; e) Fontes utilizadas em pesquisas envolvendo as políticas educacionais propostas na reforma do ensino paranaense; f) O impacto das ações de Cesar Prieto Martinez na educação do Paraná (1920-1924).

Compreendendo a reforma educacional de Cesar Prieto Martinez

A década de 1920 é marcada na história da educação brasileira pela intensificação das discussões em torno da necessidade de novas políticas públicas voltadas à erradicação do analfabetismo e à ampliação do ensino primário. Em praticamente todo o território nacional, predominavam as escolas isoladas ou “casas escolares”, geralmente instaladas em regiões rurais, em condições precárias de funcionamento, atendendo de forma limitada às populações locais. Em contrapartida, nas áreas urbanas, especialmente nas capitais estaduais, começaram a ser criados grupos escolares e escolas normais com melhor estrutura física e pedagógica, em consonância com os ideais de progresso e modernização difundidos pelo regime republicano.

Nesse contexto, ganhou especial relevância a reforma do ensino no Estado de São Paulo conduzida por Sampaio Doria. Essa reforma foi, durante décadas, interpretada pela historiografia da educação como símbolo da transição de um modelo de ensino de inspiração colonial para outro alinhado às demandas de uma sociedade em processo de urbanização e industrialização. Ao propor uma reorganização do sistema escolar paulista, Sampaio Doria buscava racionalizar o ensino, ampliar o acesso à escola primária e adequar a formação dos professores aos novos paradigmas pedagógicos de progresso por meio da educação.

A influência dessas ideias reformistas irradiou-se para outros estados brasileiros, inspirando iniciativas que buscavam adaptar a escola pública às exigências de uma nova ordem social e política.

No Paraná, a reforma do ensino conduzida por Cesar Prieto Martinez entre 1920 e 1924 insere-se nesse movimento mais amplo de modernização educacional, ao mesmo tempo em que apresenta características próprias, relacionadas às condições locais e às concepções pedagógicas de seu idealizador.

A busca por uma definição que possa compreender ou mesmo caracterizar a reforma paranaense de Cesar Martinez, levando em consideração suas peculiaridades regionais de natureza social, geográfica e econômica, motivou o presente estudo. Considera-se a reforma de Martinez como parte de uma movimentação nacional de políticas educacionais, mas também como ponto de partida para a construção de uma nova estrutura do ensino paranaense, cuja realidade ainda se opunha ao que se esperava de uma educação republicana. Para que o debate em torno da reforma de Martinez aconteça com sustentação teórica no campo das políticas educacionais, optou-se pelos estudos contemporâneos trazidos por Carlos Roberto Jamil Cury (2002, 2008, 2025) e Thomas Popkewitz (2016).

Para Cury (2002, 2008), a escola é um espaço contraditório, onde se manifestam tanto os limites impostos pelas condições sociais quanto as possibilidades de emancipação e construção da cidadania. O autor ressalta que as reformas, como um todo, refletem disputas sobre a estruturação da educação pública como política de Estado. Ele observa que essas reformas representam momentos em que se regulamentou a educação como um direito e dever social, com tentativas de consolidar uma escola pública, gratuita, laica e obrigatória e, por consequência, a consolidação de um projeto de cidadania controlada.

A ideia mais pertinente de Cury para analisar o período de 1920 é a crítica histórica ao dualismo escolar. Cury recupera a denúncia de *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, que apontava para a existência de “[...] dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais e, por isto mesmo, instrumentos de estratificação social” (*O Manifesto [...]*, 1932, p. 9). Nessa perspectiva, é possível questionar se a reforma de Martinez, mesmo buscando modernização e eficiência, favorecia um sistema de estratificação social que separava a instrução primária e profissional destinada às classes populares do ensino secundário e superior destinado à elite intelectual e econômica. Mesmo se tratando de contextos mais contemporâneos, Cury (2025) oferece um arcabouço conceitual e político-educacional muito útil para pensar as reformas históricas sob o prisma do direito e da função social da escola, debatendo a consolidação das políticas educacionais no Brasil ao longo do tempo e a superação das exclusões históricas.

Já Popkewitz (2016) entende reforma educacional como um processo complexo e multifacetado que envolve mudanças nas práticas, nos currículos e nas estruturas de poder dentro do sistema educacional. Ele enfatiza a importância de entender essas reformas a partir de uma epistemologia social, que considera como o conhecimento e o poder interagem e moldam as práticas educacionais. Ao definir os vários sentidos da palavra “reforma”, Popkewitz (1997, p. 14) busca, tanto na Sociologia quanto na História e na Filosofia, estudos que forneçam “[...] o potencial teórico para interpretar os modos nos quais a reforma é constituída histórica e sociologicamente nas práticas contemporâneas de escolarização”. O autor disserta sobre as diferenças entre os termos “reforma” e “mudança”, propondo discussões desde sua etimologia até seu uso em várias narrativas políticas. Ele considera que, em muitos momentos, tais termos foram utilizados como sinônimos, especialmente no campo da educação, aliados à ideia do senso comum de que a reforma seria um caminho para a transformação e o progresso.

Com o intuito de compreender a reforma como prática política e social, Popkewitz (1997, p. 21) propõe que se conheçam alguns conceitos que compõem o que ele chama de “ecologia da

reforma” e que se referem “[...] aos padrões historicamente formados do conhecimento (epistemologia), do poder e das instituições”.

Em primeiro lugar, ao analisar o contexto ecológico que faz surgir a reforma, Popkewitz (1997, p. 22) “[...] supõe que não há uma definição permanente do termo e que o seu significado sofre modificações dentro de um meio institucional em contínua transformação”. Em segundo lugar, o autor trata da regulação social que se encontra na escola. Ele se preocupa com os elementos produtores de poder, que, por sua vez, se fazem presentes nas reformas que estabelecem regras e obrigações, padrões de comportamento e de escolarização e definem as diretrizes na formação de professores, indicando, dessa forma, como se deve ver o mundo. Em terceiro lugar, Popkewitz (1997) trata do método histórico como meio de análise da reforma. Ele afirma que alguns marcos históricos pontuais, como a Segunda Guerra Mundial, trouxeram “[...] mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas desiguais relacionadas com a escolarização” (Popkewitz, 1997, p. 23). E, em quarto lugar, trata da preocupação do autor com uma epistemologia social, que ele entende como “uma prática tanto política como conceitual” e que faz “[...] do conhecimento da escolarização uma prática social acessível ao questionamento sociológico” (Popkewitz, 1997, p. 23).

A pertinência dos questionamentos trazidos por Cury e Popkewitz até o momento reside justamente na possibilidade de fornecer apoio para uma análise crítica das ações políticas empreendidas pela reforma de Cesar Martinez no Paraná, bem como dos desafios enfrentados por ele durante essa trajetória de mudança na estrutura política e social brasileira. No entanto, antes de se ter uma pretensa definição de reforma que caracterize as políticas educacionais do Estado do Paraná da década de 1920, é necessário estabelecer alguns parâmetros baseados em experiências anteriores, com a intenção de compreendê-la dentro de seu contexto histórico e social. A análise das políticas educacionais desse período possibilita uma visualização das expectativas de mudança trazida pelo movimento republicano, o qual propunha que a sociedade brasileira se adequasse aos moldes de países industrializados, fortalecendo a ideia de nação e de cidadãos fiéis à sua pátria.

Desde o período imperial, com a Constituição de 1824 promulgada por Dom Pedro I, é possível perceber, como objetivo dessas leis, o interesse de se construir uma identidade brasileira independente. No entanto, não havia nas novas leis uma preocupação efetiva com a instrução pública, e as muitas reformas educacionais desse período foram estabelecidas com a intenção de construir, regulamentar e organizar minimamente um sistema de ensino ainda inexistente no Brasil. Pode-se dizer, portanto, que a palavra “reforma”, nesse contexto, possui muito mais o sentido de “criar” e “definir” do que efetivamente o de “mudar” ou “melhorar”.

Com a mudança do cenário político e social brasileiro, trazida pela abolição da escravatura em 1888 e pela Proclamação da República em 1889, a instrução pública passa a ter novos contornos. Em meio a muitas disputas pelo poder político, entrou em vigor a Reforma de Benjamin Constant em 1890, em uma tentativa de modernizar e secularizar o sistema educacional brasileiro no início da República. Ela tinha por objetivos implantar um ensino laico; criar uma estrutura mais clara e hierarquizada para os diferentes níveis de ensino (primário, secundário e superior); tornar o ensino primário gratuito e obrigatório; valorizar a ciência e o racionalismo; e formar cidadãos para a nova República.

Apesar de sua importância como marco inicial da educação republicana, a reforma teve caráter elitista e limitado. Ela não conseguiu atingir amplamente a população, especialmente os ex-escravizados e os mais pobres, que continuaram à margem do sistema educacional. Mesmo com o pioneirismo da reforma educacional de Benjamin Constant, ela recebeu diversas críticas, principalmente por privilegiar a elite, por não considerar as realidades educacionais regionais, pela ausência de políticas eficazes de formação docente e por seu currículo positivista e enciclopédico.

Portanto, pode-se dizer que a reforma, nesse caso, condiz com o sentido de “mudar” ou, quem sabe, “transformar”, mesmo que, na prática, tais mudanças não tenham sido concretizadas.

Em se tratando da reforma do ensino no Estado do Paraná, ao analisar suas fontes históricas foi possível identificar que as ações propostas por Cesar Prieto Martinez eram, em um primeiro momento, apoiadas pelo presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, e seguiam em consonância com as reformas federais e estaduais, especialmente a reforma paulista. Como afirma Ruckstadter (2018, p. 411):

A reforma de ensino primário iniciada por César Prieto Martinez a partir do momento em que assumiu a Inspetoria Geral de Ensino, consistiu em uma reorganização da rede escolar e racionalização dos meios disponíveis para seu funcionamento. Em sintonia com o movimento nacional de enfrentamento do problema do analfabetismo, como o proposto pela Reforma Sampaio Dória por exemplo, tratava-se de expandir o atendimento escolar.

Resumidamente, a reforma do ensino primário desenvolvida por Martinez caracterizou-se por priorizar a realocação das escolas para áreas com maior concentração de estudantes, promover a reorganização dos programas e horários escolares, bem como uniformizar o uso dos livros didáticos e estabelecer uma regulamentação para a permanência e a transferência de professores (Miguel, 2011). A alfabetização também foi priorizada e, para as escolas isoladas, foi implementado um programa de ensino simplificado. Foi introduzido o sistema de promoção dos alunos ao longo do semestre letivo, e as turmas de 1º ano passaram a ser compostas exclusivamente por estudantes não alfabetizados.

As mudanças promovidas por Cesar Martinez destacaram-se pela organização da rede escolar e pela racionalização dos recursos disponíveis para seu funcionamento. Desse modo, a situação econômica do Paraná não permitia arcar com um custoso sistema de ensino. Como afirma Souza (2012, p. 95),

[...] na lógica de fazer o melhor trabalho com o menor custo, modernizar significou, no Estado do Paraná, a racionalização da educação e seu aparelhamento com novos métodos (administrativos e pedagógicos) e novos mobiliários, tendo em vista o atendimento às necessidades da moderna pedagogia relativas à comodidade, ao conforto, à economia e higiene no e do trabalho pedagógico.

Souza (2012) reitera que, embora as condições financeiras do Estado tenham impedido a expansão dos grupos escolares como instrumento de modernização, estes continuaram sendo referência para a educação republicana e para métodos pedagógicos inovadores. Destaca-se que o avanço foi creditado principalmente às práticas administrativas adotadas na reforma de Cesar Prieto Martinez, reconhecida por incorporar ao cenário educacional princípios da lógica industrial que sistematizava e regularizava o ensino, dando certa ênfase ao controle gerencial.

Ao afirmar que a reforma de ensino paranaense entre os anos de 1920 e 1924 pode ser compreendida como “um processo complexo e multifacetado”, de acordo com Popkewitz (1997), faz-se necessário conhecer o “contexto ecológico” do surgimento dessa reforma, que sofre modificações de acordo com o meio institucional e seus elementos de poder, os quais colocam a escolarização como fator determinante de transformação social, estabelecendo regras e padrões de comportamento da nova sociedade republicana. Nesse caso, pode-se concluir, ainda que não de forma definitiva, que a reforma do ensino no Paraná carrega o sentido de “reestruturar” e o de “melhorar” e “inovar”, sentido este que se valida ao analisar as fontes históricas deixadas por Cesar Prieto Martinez e pela sociedade de seu tempo.

Por fim, este estudo defende um conceito de reforma em seu sentido mais amplo, que não a considere apenas como um conjunto de leis e regulamentações personificadas por governantes ou intelectuais influentes que prometem resultados irreais diante do cenário que a constitui. Essa definição pressupõe que uma reforma não se constitui apenas pelo seu recorte temporal; ela é entendida como processo formativo resultante de sucessos e equívocos das construções humanas do passado e por uma idealização de futuro, que nem sempre abrange todas as camadas de uma sociedade. As ações previstas por uma reforma educacional precisam ser construídas mediante o conhecimento sobre a realidade local e pelas relações de interdependência entre seus sujeitos. Desconsiderar essa realidade apenas reforça um sentido inexequível de reforma e, por que não dizer, “utópico”.

O trabalho com as fontes

A pesquisa histórica sobre Cesar Prieto Martinez e sua atuação na reforma do ensino paranaense exige um exame rigoroso e contextualizado das fontes históricas disponíveis. Essas fontes, conforme enfatiza Le Goff (2003), constituem a “matéria-prima da história”, sendo não apenas vestígios do passado, mas elementos fundamentais para a construção do conhecimento histórico.

Neste estudo, destaca-se a importância do uso das fontes históricas oficiais e não oficiais nas pesquisas relacionadas às ações da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná e à reforma do ensino no estado, contando com uma listagem das fontes já identificadas (Apêndice A) e utilizadas por vários historiadores e pesquisadores da História da Educação que buscaram, ou ainda buscam, aprofundar e aprimorar suas pesquisas sobre o cenário educacional paranaense do início do século XX e suas reverberações no presente.

Inicialmente, é necessário considerar as diferenças entre fontes históricas oficiais e não oficiais. As primeiras são aquelas produzidas por instituições do Estado ou por entidades com autoridade reconhecida, geralmente com o objetivo de registrar, normatizar ou legitimar ações e decisões, frequentemente preservadas em arquivos públicos. Segundo Barros (2019), essas fontes refletem a visão institucionalizada da história, muitas vezes associada à historiografia tradicional e positivista, que priorizava os documentos escritos e oficiais como “provas” da verdade histórica.

As fontes históricas não oficiais são aquelas produzidas fora do âmbito institucional formal, muitas vezes de modo espontâneo, subjetivo ou marginalizado. Incluem cartas pessoais, diários, memórias, entrevistas, fotografias, músicas, arte popular e tradições orais. Podem expressar visões alternativas, críticas ou silenciadas da história e foram valorizadas por correntes como a Nova História e a História Cultural, que ampliaram o conceito de fonte histórica.

A busca por fontes históricas consiste em um trabalho paciente, exaustivo e detalhista, que exige do pesquisador um tempo considerável de investigação em acervos pessoais e públicos, digitalizados ou físicos, que nem sempre são de fácil acesso. É nessa fase de identificação e reconhecimento das fontes que o pesquisador, aos poucos, constrói hipóteses e questionamentos sobre tais documentos. Nesse ínterim do trabalho com as fontes, torna-se essencial a atenção cuidadosa e a responsabilidade por parte dos historiadores e pesquisadores, pois a pesquisa histórica é um campo repleto de desafios éticos que perpassam o fazer histórico do pesquisador e suas escolhas.

A primeira questão ética crucial é a responsabilidade e a honestidade com as fontes. Os historiadores têm o dever de tratá-las com o máximo respeito, garantindo que as interpretações sejam fiéis aos seus contextos originais. Isso implica evitar a distorção intencional ou seletiva de

informações para apoiar uma tese ou narrativa específica. A transparência na apresentação das fontes utilizadas e a clareza quanto aos métodos de pesquisa são fundamentais para manter a credibilidade do trabalho histórico.

Outro aspecto que podemos enquadrar como ético é o cuidado com o anacronismo. Interpretar eventos, atitudes e comportamentos do passado com base em valores e conceitos contemporâneos pode levar a equívocos e distorções. É essencial que os pesquisadores compreendam e respeitem o contexto histórico em que os eventos ocorreram, buscando entender as perspectivas e as motivações das pessoas daquela época.

Além da questão ética no trato das fontes, é necessário considerar a posição da produção da fonte em relação à época ou ao problema pesquisado, que, de acordo com Barros (2019), pode demonstrar as posições ideológicas das narrativas de seus autores, tanto de forma voluntária quanto involuntária. É nesse sentido que o pesquisador, ao tomar contato com as fontes, especialmente as textuais, consegue visualizar os processos que as deram origem e problematizá-las para que não se tornem documentos meramente descritivos ou ilustrativos.

As fontes históricas são, acima de tudo, o registro de vestígios e de percepções da vivência humana no tempo e no espaço, que possibilitam ao historiador encontrar possíveis respostas aos problemas investigados, compreendendo, assim, os processos históricos gerados por elas. A afirmação de que “[...] sem o encontro entre um problema e suas fontes possíveis não há História” (Barros, 2019, p. 23) reforça a necessidade de mais do que apenas uma ideia ou o acesso a fontes documentais para a construção do conhecimento histórico. Embora ambos os elementos sejam essenciais, isoladamente não são suficientes. Para realizar uma prática historiográfica de caráter científico, é fundamental promover a articulação entre o problema proposto e as fontes disponíveis. É nesse ponto de convergência, aliado ao propósito de construir a História, que se inicia efetivamente o processo investigativo.

Sobre o inspetor Cesar Prieto Martinez

A família Martinez chegou ao Brasil por volta dos anos de 1881 e 1882¹, vinda da região da Galiza, na Espanha. De acordo com Farias (2021), os Martinez chegaram à cidade de São Paulo nos primeiros fluxos migratórios do início da República, estabelecendo-se na região norte do estado com o intuito de trabalhar na lavoura.

Nesse cenário de transformações políticas no Brasil ocorreu a formação de Cesar Prieto Martinez, docente cuja educação seguiu o modelo paulista, reconhecido por seu padrão de excelência. O ensino destacava-se pela atuação de professores devidamente habilitados pelas escolas normais, os quais tinham como atribuição não apenas alfabetizar, mas também promover a formação moral e patriótica dos estudantes.

A indicação de Martinez resultou da escolha criteriosa de um profissional com ampla formação técnica e comprovada experiência em docência e gestão escolar. Aceitando o convite do então presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928), Martinez assumiu a coordenação da reforma da instrução pública no Paraná, cuja situação, à semelhança do restante do país, exigia investimentos e atenção aprimorada.

A carreira de Martinez teve início com sua formação na Escola-Modelo Prudente de Moraes e, posteriormente, pela atuação como professor em alguns grupos escolares na região de Jaú e Itabira. Destacou-se como diretor do Grupo Escolar Barão de Monte Santo, no bairro da Mooca,

¹ Até o presente momento, o registro da chegada dos Martinez ao Brasil não foi encontrado.

na capital paulista, e da Escola Normal de Pirassununga (Farias, 2021, p. 17), o que lhe proporcionou relevante capital simbólico, contribuindo para seu reconhecimento entre os membros da elite educacional paulista responsável pela gestão e pelo debate da educação republicana na cidade de São Paulo. Ainda de acordo com Farias (2021), Cesar Martinez pode ser considerado um representante exemplar dessa intelectualidade paulista, sendo responsável por introduzir no Paraná as inovações pedagógicas já implementadas pelas políticas educacionais modernas do Estado de São Paulo.

Em 1920, o professor Cesar Prieto Martinez transferiu-se para a capital do Paraná, acompanhado de sua esposa e filhos, para assumir o cargo de Inspetor Geral de Ensino. Conforme relata Moreno (2003), Martinez destacou-se pela atuação reformista, ainda que tenha encontrado obstáculos financeiros no estado que dificultaram a implementação de suas propostas. Sua conduta de orientação religiosa estava presente em seus discursos e textos, sendo uma característica de sua atuação. Apesar disso, enfrentou críticas, especialmente por parte da imprensa, que frequentemente o identificava como um “estrangeiro” intransigente.

O contexto histórico da educação paranaense na década de 1920

A Proclamação da República em 1889 não apenas alterou o regime político brasileiro, mas também inaugurou um novo campo de disputas e projetos voltados à construção de uma identidade nacional. Nesse cenário, a educação tornou-se um dos pilares fundamentais para consolidar os ideais republicanos de progresso, ordem e cidadania. As primeiras reformas educacionais empreendidas nas décadas iniciais do novo regime expressaram os esforços do Estado em reorganizar o sistema de ensino, afastando-o dos moldes coloniais e imperiais e aproximando-o das correntes filosóficas modernas, como o positivismo e o higienismo.

Entre propostas de laicização, reorganização curricular, profissionalização docente e padronização institucional, essas reformas revelaram tensões entre o desejo de controle estatal e os anseios de autonomia pedagógica, além de evidenciarem estratégias de legitimação política e social por meio da escola. Nesse contexto de mudança, o Estado de São Paulo despontou como um grande modelo de centro urbano com características que configuravam os ideais republicanos de modernização e civilidade. Hilsdorf (2003) elenca algumas dessas características, desejadas pelo Brasil para figurar entre os países considerados mais “civilizados”: o discurso positivista que fortalecia os ideais de industrialização e progresso; o surgimento de um proletariado urbano formado pela população negra de ex-escravizados e por imigrantes que não se adaptaram à vida rural; e o crescimento dos setores de prestação de serviços e da indústria têxtil, utilizando mão de obra assalariada e livre.

Na tentativa de seguir nos trilhos das nações industrializadas, os agora Estados federativos brasileiros tinham como missão, dentro de um modelo republicano de nação, formar um novo cidadão brasileiro instruído e defensor da pátria. E, como primeiro passo para cumprir tal missão, tanto o Paraná quanto outros Estados se apropriaram das ideias postas em circulação em São Paulo, especialmente no que se refere à instrução pública, propondo reformas educacionais que trariam melhorias na formação dos professores e estruturassem o quase inexistente sistema de ensino local.

A reforma paranaense, conduzida por Martinez a partir de 1920, teria como principal desafio o alto índice de analfabetismo da população local, tratado como um grande empecilho para a formação de uma identidade nacional. É nessa perspectiva nacionalista que a escola passou a ser compreendida como a principal instituição concebida pelo Estado para promover a formação do novo cidadão, assumindo responsabilidades específicas que permeavam todas as ações pedagógicas, seus conteúdos e seus métodos. Dessa forma, o sistema escolar paranaense, assim

como outros contextos regionais, tinha como tarefa fundamental transformar sujeitos como caboclos, imigrantes e operários em integrantes da cidadania brasileira civilizada, moderna e patriota (Bittencourt, 1990).

De acordo com o Relatório da Inspetoria de Ensino de 1921, elaborado por Martinez (2022a), logo na introdução do documento o inspetor reforça a função da escola como instrumento homogeneizador da população:

O amor da Patria é o amor da ordem dentro da lei, é a confiança nos eleitos para dirigir os destinos de todos, é o acatamento a justiça, o respeito ao passado, a esperança no porvir, a solidariedade em todos os momentos em que as instituições perigam e com elas a grandeza e a integridade nacional.

Os direitos e os deveres sociais constituem a couraça de que se deve revestir o homem para integrar-se na comunhão de seus concidadãos, constituidos em sociedade, para o alevantamento moral que é o mais bello predicado de um povo. Sem moral não há sentimentos humanos, não ha solidariedade humana, não ha Patria, pois é dessa comunhão de idéas sans que fazem a felicidade collectiva que os povos se formam para viver, falando a mesma língua, seguindo os mesmos costumes, obedecendo á mesma tradição, trabalhando o mesmo solo, formando, em summa, a mesma nação, inspirados na mesma religião.

Nada disso é possível sem o trabalho da escola, do mesmo modo que é impossível colher sem semear.

O povo ignorante é como o cego que tactea. Está sujeito a ser guiado por mão estranha. Será, portanto, escravo submisso sem esperança na redempção. Viverá eternamente infeliz (Martinez, 1922a, p. 6).

A análise da reforma educacional paranaense de 1920 a 1924, conduzida por Martinez, revela o esforço do Estado em articular políticas educativas alinhadas aos ideais republicanos de progresso e civilidade. Ao reconhecer a escola como espaço privilegiado para a formação moral e cívica, Martinez atribuiu à instituição escolar responsabilidades específicas na conformação de sujeitos considerados aptos à nova ordem republicana.

Fontes utilizadas em pesquisas envolvendo as políticas educacionais propostas na reforma do ensino paranaense

No que se refere às fontes utilizadas em pesquisas sobre a instrução pública do Paraná nas primeiras décadas dos anos 1900, e em especial àquelas que evidenciam a pessoa do professor Cesar Prieto Martinez e sua atuação como Inspetor Geral de Ensino, compõem um acervo expressivo (Apêndice A) formado por relatórios oficiais do governo do Estado do Paraná e da Inspetoria de Ensino, publicações da revista *O Ensino*, entrevistas, livros didáticos, fotos e documentos familiares, além de notas e artigos em periódicos da época.²

Neste breve recorte da revisão de literatura³ realizada para este estudo, foi possível identificar as principais fontes sobre as quais vários autores embasaram suas pesquisas e reflexões. Ao fazer a escolha por esta ou aquela fonte, é preciso ter claro, além do objetivo da pesquisa, o

² Diversos documentos desse acervo foram organizados e publicados no Dossiê “Centenário da Escola Normal de Ponta Grossa – Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-2024)”, organizado por Mainardes, Mayer e Stremel (2024). Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/24439>. Acesso em: 25 nov. 2025.

³ Na revisão de literatura realizada neste estudo, foram encontrados 75 trabalhos, os quais foram divididos em dois grupos: a) Pesquisas e publicações diretamente relacionadas a Cesar Prieto Martinez e à Reforma Educacional do Estado do Paraná (1920-1924), composto por 36 trabalhos; b) Pesquisas e publicações com temáticas que tangenciam a atuação de Cesar Prieto Martinez e a Reforma Educacional do Estado do Paraná (1920-1924), composto por 39 trabalhos.

entendimento sobre a origem da fonte e o que ela representou em dado período histórico. O simples fato de encontrar registros do passado não significa que eles possam contribuir com o estudo; é necessário que a fonte faça sentido, que agregue conhecimento e que revele informações que porventura não tenham sido ainda percebidas.

Especificamente nas pesquisas sobre Cesar Prieto Martinez, destaca-se o estudo de Novaes, Berticelli e Pinto (2020), que analisam os textos produzidos por Martinez como Inspetor de Ensino do Paraná e publicados na revista *O Ensino*, onde se discutia a modernização do ensino primário paranaense presente nas propostas de formação docente, as quais incentivavam o uso do método intuitivo como prática pedagógica eficaz.

Também tendo por base as fontes oficiais, Palhano e Nascimento (2024) discutem, em seu estudo, a proposta de modernização da educação escolar entre os anos de 1920 e 1924 e os ideais republicanos presentes nos textos e nos relatórios oficiais de Cesar Prieto Martinez que marcaram suas ações reformistas. Em sua análise das fontes, as autoras constataram a luta de Martinez pela criação dos grupos escolares no estado e pelo fortalecimento das Escolas Normais como espaço privilegiado de formação dos professores.

Silva (2024), por sua vez, trabalha em sua pesquisa com fontes não oficiais. Ele propõe analisar a visão pública sobre as ações da reforma de Martinez por meio de publicações de artigos no jornal *Gazeta do Povo*. Por meio dessas fontes, foi possível ao autor identificar textos que se opunham e teciam críticas à pessoa de Martinez e à sua atuação na Inspetoria de Ensino, deixando explícita a influência política existente nas páginas desse periódico.

A partir dos relatórios da Inspetoria de Ensino, foi possível para Santi e Castanha (2023) perceber a importância atribuída aos professores na primeira metade do século XX, reconhecendo-os como agentes responsáveis pela difusão do ensino e pela superação da ignorância entre a população. Contudo, esses mesmos docentes eram frequentemente responsabilizados pela precariedade educacional, especialmente aqueles atuantes em escolas rurais sem formação específica. Os autores também mencionam relatos sobre premiações concedidas por Cesar Martinez aos professores de destaque, dadas como incentivo pelo bom trabalho. Paralelamente a isso, identificam também relatos de Martinez sobre a resistência dos docentes das escolas isoladas em aderir às mudanças propostas por ele.

De acordo com os diferentes olhares dos autores acima citados, a reforma do ensino de Cesar Martinez marcou de forma significativa a educação paranaense, promovendo uma organização do sistema educacional que vai desde a preocupação com a formação docente até a melhoria nas estruturas físicas das escolas.

O impacto das ações de Cesar Prieto Martinez na educação do Paraná (1920-1924)

Entre os anos de 1920 e 1924, o educador e inspetor de ensino Cesar Prieto Martinez desempenhou papel central na reorganização e na modernização do ensino público no Estado do Paraná. Suas ações refletiram a incorporação de práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às tendências republicanas e aos ideais de eficiência administrativa promovidos na Primeira República.

Com base nos relatórios da Inspetoria Geral de Ensino e em estudos sobre a atuação de Martinez, foi possível elaborar o Quadro 1, a seguir, o qual sintetiza suas principais ações.

Quadro 1 – Principais ações de Cesar Prieto Martinez

| Ano | Principais ações |
|------|---|
| 1920 | <ul style="list-style-type: none"> • Separação da Escola Normal e do Ginásio. • Reformulação dos programas de Pedagogia e do Curso Intermediário. • Estabelecimento de horários escolares padronizados. • Adoção uniforme de livros didáticos. • Realização de palestras pedagógicas para formação docente. • Inventário de mobiliário escolar e materiais didáticos. |
| 1921 | <ul style="list-style-type: none"> • Expansão de grupos escolares na capital e interior. • Solicitação da criação de duas novas Escolas Normais. • Intensificação da fiscalização escolar para garantir cumprimento dos programas oficiais. • Organização administrativa das instituições escolares. |
| 1922 | <ul style="list-style-type: none"> • Inauguração do prédio da Escola Normal de Curitiba. • Publicação de artigos na revista <i>O Ensino</i>, promovendo ideais republicanos e cívismo. • Fortalecimento da formação moral e patriótica nas escolas. • Incentivo à leitura e à produção de livros didáticos com temáticas nacionais. |
| 1923 | <ul style="list-style-type: none"> • Sistematização do recenseamento escolar estadual. • Distribuição de recursos e materiais escolares. • Consolidação dos grupos escolares como modelo de ensino primário. • Estímulo à profissionalização docente e valorização da Escola Normal. |
| 1924 | <ul style="list-style-type: none"> • Inauguração da Escola Normal de Ponta Grossa. • Continuidade da modernização administrativa da educação. • Defesa da escola pública gratuita como instrumento de progresso social. • Enfrentamento de críticas da imprensa sobre seus métodos pedagógicos. |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Essas ações são alguns exemplos de como Martinez conduziu o processo de modernização do ensino paranaense, tanto na estrutura administrativa quanto na formação pedagógica. A implantação dos grupos escolares como modelo organizacional substituiu as antigas escolas isoladas, proporcionando melhor aproveitamento dos recursos e introduzindo uma divisão por séries, com professores especializados. Essa transformação estrutural culminou com a criação da Escola Normal de Ponta Grossa, marco na valorização da formação docente no interior do estado.

Martinez promoveu uma reformulação pedagógica e uniformização curricular, introduzindo métodos intuitivos de ensino e priorizando o entendimento dos conteúdos em detrimento da mera memorização. Ademais, promoveu a padronização dos programas escolares e dos livros didáticos, garantindo maior coesão entre as escolas urbanas e rurais. Essa uniformização possibilitou o avanço na qualidade do ensino oferecido à população. Martinez, em seu artigo *O que o Paraná tem feito nestes últimos 2 annos*, publicado na revista *O Ensino* em 1922, ressaltou ações que considerava como prioridade em sua gestão:

Instituindo modernos methodos de ensino, generalizando-os a todas as escolas por meio de palestras na capital e no interior, por meio de folhetos largamente distribuidos e ainda por accão directa de inspectores technicos competentes, conseguiu tornar mais rápido o aprendizado da leitura, da escripta e do cálculo, assumpto de máxima importancia, tratado em primeiro plano pela actual administração (Martinez, 1922b, p. 8).

A atuação de Martinez incluiu ações voltadas à formação cívica dos professores e alunos, com ênfase nos valores republicanos, na moral pública e no patriotismo. A criação da revista *O Ensino* consolidou seu projeto de formação continuada do magistério, funcionando como espaço para debates pedagógicos e atualização profissional.

Na qualidade de gestor, Martinez estabeleceu a sistematização do recenseamento escolar, que permitiu diagnósticos precisos e a formulação de políticas educacionais mais eficazes. Sua

organização da Inspetoria Geral de Ensino resultou em uma administração mais racional e orientada por dados concretos, com fiscalizações regulares das unidades escolares.

A atuação de Martinez é reconhecida por especialistas como essencial na redução do analfabetismo da população paranaense, na expansão da escola pública primária e na consolidação da educação como instrumento de transformação social. Seu trabalho revelou um técnico educacional comprometido com os ideais de modernização da época e com mais possibilidades de acesso aos bancos escolares, promovendo, assim, uma tentativa de democratização do saber.

Considerações finais

A reforma educacional conduzida por Cesar Prieto Martinez no Paraná, entre 1920 e 1924, expressa um momento singular na história da educação brasileira, em que se consolidam os esforços republicanos de modernização do ensino e de construção de uma identidade nacional pautada na escolarização, na moral e no civismo. A partir do exame de fontes históricas oficiais e não oficiais, este estudo evidenciou que as ações empreendidas por Martinez, como o recenseamento escolar, a padronização dos programas, a reorganização administrativa e a formação docente, configuraram uma tentativa de racionalizar o sistema de ensino paranaense, conciliando os princípios do positivismo, do higienismo e da eficiência técnica às demandas sociais e políticas do período.

A análise apoiada nas reflexões de Thomas Popkewitz e Carlos Roberto Jamil Cury permitiu compreender a reforma não apenas como um conjunto de decretos ou medidas administrativas, mas como um processo histórico e epistemológico permeado por disputas de poder, tensões entre tradição e inovação e por um projeto de formação do cidadão republicano. Ao considerar a “ecologia da reforma”, proposta por Popkewitz, foi possível perceber que as políticas educacionais desse período operaram como mecanismos de regulação social, traduzindo visões específicas de civilização e progresso. Por sua vez, a leitura de Cury contribuiu para problematizar os limites e as contradições da escola republicana, evidenciando que, mesmo sob o ideal de democratização, as reformas mantiveram traços de um sistema dual e excludente.

As fontes analisadas revelaram a complexidade da atuação de Martinez, marcada simultaneamente pelo rigor técnico e pela dimensão intelectual de sua intervenção. O educador assumiu o papel de mediador entre o saber pedagógico e as políticas públicas, configurando-se como figura representativa do técnico educacional republicano. Sua reforma, contudo, também foi alvo de resistência, especialmente entre docentes e setores da imprensa, o que demonstra que os processos de modernização escolar se constituem em espaços de disputa e negociação, e não em projetos consensuais.

Assim, a reforma do ensino do Paraná deve ser compreendida como experiência formativa de um Estado em busca de institucionalizar sua rede de ensino e afirmar seu lugar no cenário educacional da Primeira República. Mais do que um projeto de governo, tratou-se de um processo histórico que articulou saberes, valores e práticas em torno da escolarização como instrumento de civilização e controle social.

Por fim, este estudo reafirma a relevância do trabalho historiográfico com múltiplas fontes na reinterpretiação das reformas educacionais brasileiras. Ao evidenciar a ação de Cesar Prieto Martinez como inspetor, intelectual e reformador, torna-se possível compreender a reforma paranaense não como evento isolado, mas como parte de um movimento mais amplo de reconfiguração da escola pública no Brasil, cujas marcas ainda ressoam nas práticas e nos discursos educacionais contemporâneos.

APÊNDICE A – Listagem das fontes históricas relacionadas diretamente a Cesar Prieto Martinez

a) Relatórios oficiais da Inspetoria de Ensino:

MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino 1920.** Curitiba: Arquivo Público, 15 jan. 1921. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99764>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino 1921.** Curitiba: Arquivo Público, jan. 2022. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/ano1921mfn807.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino 1922.** Curitiba: Arquivo Público, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99957>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino 1923.** Acervo pessoal de José Ricardo Skolmoviski da Silva.

MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino 1924.** Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/ano_1924_mfn_1049.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARTINEZ, C. P. **Instruções aos professores públicos do Estado do Paraná.** Curitiba: Livraria Econômica, 1921. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105309>. Acesso em: 25 nov. 2025.

b) Artigos de autoria de Cesar Prieto Martinez:

MARTINEZ, C. P. Pedagogista e educador. **Revista “O Ensino”**, Curitiba, ano 2, n. 2, p. 150-157, abr. 1923.

MARTINEZ, C. P. O ensino da linguagem. **Revista “O Ensino”**, Curitiba, ano 3, n. 2, p. 111-105, set. 1924.

MARTINEZ, C. P. O que o Paraná tem feito nestes últimos 2 annos. **Revista “O Ensino”**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 7-14, jan. 1922.⁴

MARTINEZ, C. P. A princesa redemptora. **Revista “O Ensino”**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 39-44, jan. 1922.

MARTINEZ, C. P. Livros Didacticos. **Revista “Escolar”**, São Paulo, ano 2, n. 24, p. 8-10, dez. 1926.

MARTINEZ, C. P. Inspeção geral das Escolas Normaes e Gymnasios. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 201-205, 1926.

⁴ Republicado na revista Práxis Educativa, em 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v19/1809-4309-praxis-19-e24418.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

c) **Entrevistas:**⁵

REVISTA NACIONAL. **A Instrução Pública no Paraná** - Entrevista com o Professor Cesar Martinez, São Paulo: Companhia Melhoramentos, jun. 1923. p. 350-360.

ÁLBUM PARANÁ. **A Instrucção Publica no Paraná**. Ano 2, n. 13, 1. ed. Curitiba: Memória Digital, Culturas Regionais, 1920.

d) **Periódicos:**⁶

ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA. Documento: Jornal “O Educandário” (1934).

ÓRGÃO DA ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA. Documento: Jornal “Normalista” (1958).

e) **Livros de autoria de Cesar Prieto Martinez**

- *Cartilha Popular*, [19-?] *
- *Primavera da Alma*, [19-?]
- *Alma das Cousas*, 1927
- *Sertões do Iguassu*, 1925
- *Terras e Costumes*, [19-?]
- *Sertão em flor*, [19-?] *
- *Alma das ruas*, [19-?] *
- *Coleção Aurea*, [19-?] *
- Série Vida Escolar:
Cartilha Analytica – Primeiras Lições, 1931
Primeiro Livro, 1933
Segundo Livro, [19-?]
Terceiro Livro, [19-?]
Linda História do Meu Paiz, 1930

* Informações sobre os livros de Cesar Prieto que ainda não foram localizados em acervos:

- *Alma das ruas: contos*
- *Sertão em flor: crônicas sobre a zona cafeeira do norte do Paraná*
- *Cartilha Popular: método de alfabetização*
- *Coleção Aurea: série de livros próprios para bibliotecas infantis*

MARTINEZ, C. P. **Cartilha Analytica** – Primeiras Lições. 1. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1931. (Série Vida Escolar).

MARTINEZ, C. P. **Primeiro Livro**. 12. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933. (Série Vida Escolar).

⁵ As duas entrevistas foram republicadas no dossier “Centenário da Escola Normal de Ponta Grossa – Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-2024)”, publicado na Revista Práxis Educativa, em 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22932> e <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.23902>.

⁶ ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA. Documento: Jornal “O Educandário” (1934). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-7, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22916>

ÓRGÃO DA ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA. Documento: Jornal “Normalista” (1958). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22917>

MARTINEZ, C. P. **Segundo Livro**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, [19-?]. (Série Vida Escolar).

MARTINEZ, C. P. **Terceiro Livro**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1935. (Série Vida Escolar).

MARTINEZ, C. P. **Linda História do Meu Paiz**. 2. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1930. (Série Vida Escolar).

MARTINEZ, C. P. **Primavera da Alma**. 5. ed. São Paulo: Irmãos Ferraz Editores, [19-?].

MARTINEZ, C. P. **Alma das Cousas**. 2. ed. São Paulo: Irmãos Ferraz Editores, 1927.

MARTINEZ, C. P. **Sertões do Iguassu**. São Paulo: Cia. Graphica Editora Monteiro Lobato, 1925.

MARTINEZ, C. P. **Terras e Costumes**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, [19-?].

Referências

BARROS, J. D. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BITTENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CARVALHO, M. M. C. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 224-251.

CURY, C. R. J. **Educação e direito à educação**: Constituição, legislação e políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2002.

CURY, C. R. J. **Educação e sociedade**: o Sistema Nacional de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CURY, C. R. J. Sistema Nacional de Educação: um desafio em andamento em face das condicionalidades para a educação pública a partir das redes políticas e ideológicas instauradas no âmbito da sociedade política e civil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 1-28, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol41n12025.151401>

FARIAS, C. S. **Para colher é preciso semear**: um estudo da trajetória de César Prieto Martinez e sua atuação como inspetor geral do ensino no Paraná (1920-1924). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAINARDES, J.; MAYER, E. A.; STREMEL, S. Apresentação do Dossiê: Centenário da Escola Normal de Ponta Grossa – Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-2024). **Práxis**

Educativa, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-4, 2024. DOI:
<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v19.24439.117>

MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino 1921.** Curitiba: Arquivo Público, jan. 2022a. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/ano1921mfn807.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARTINEZ, C. P. O que o Paraná tem feito nestes últimos 2 anos. **Revista “O Ensino”**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 7-14, jan. 1922b. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105386>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MAYER, E. A. O educador e intelectual Cesar Prieto Martinez e a reforma de ensino no Paraná (1920-1924). In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH-PR: EMANCIPAÇÕES, SUJEITOS E TERRITÓRIOS, 19., 2024, Jacarezinho. **Anais eletrônicos [...]**. Jacarezinho: ANPUH, 2024. Disponível em: https://www.encontro2024.pr.anpuh.org/trabalho/view?ID_TRABALHO=3475. Acesso em: 25 nov. 2025.

MIGUEL, M. E. B. A reforma da Escola Nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (org.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 121-137.

MORENO, J. C. **Inventando a escola, inventando a nação:** discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

NOVAES, B. W. D.; BERTICELLI, D. G. D.; PINTO, N. B. Ações de Martinez em terra dos pinheirais: a modernização da Aritmética da escola primária paranaense nos anos iniciais de 1920. **Revista de História da Educação Matemática**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 57-72, 2020.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. 1932. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

PALHANO, I. C.; NASCIMENTO, M. I. M. Cesar Prieto Martinez: o percurso da educação escolar e a modernização (1920-1924). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v19.23580.104>

POPKEWITZ, T. S. **Reforma educacional:** uma política sociológica: poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

POPKEWITZ, T. S. Sistemas de pensamento na educação e políticas de inclusão (e exclusão) escolar: entrevista com Thomas S. Popkewitz. [Entrevista cedida a] Ana Laura Godinho Lima e Natália de Lacerda Gil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1125-1151, out./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016420400201>

RUCKSTADTER, F. M. M. Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 401-419, abr./jun. 2018.

SANTI, D. N.; CASTANHA, A. P. Ser professor de Escolas Rurais no Paraná/BR entre 1915 e 1946. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 8, p. 1-26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e14314>

SILVA, J. R. S. da. **A revista *O Ensino* e manifestações tayloristas nas propostas da reforma educacional de César Prieto Martinez (Paraná, 1920-1924).** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SILVA, J. R. S. **Que tem feito o Sr. Prieto?** A instrução pública paranaense na Gazeta do Povo (1920-1924). 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

SILVA, J. R. S.; MACHADO, M. C. G.; SCHELBAUER, A. R. Cesar Prieto Martinez e a reforma educacional paranaense debatida na Gazeta do Povo: organização/uniformização do aparelho escolar e a formação de professores (1920-1924). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v19.24061.113>

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (ed.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-262.

SOUZA, S. C. **Escola pública primária paranaense nos discursos oficial e jornalístico: republicanização, alfabetização e progresso em nuances de modernização (1920-1930).** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

Recebido em 11/08/2025

Versão corrigida recebida em 15/11/2025

Aceito em 16/11/2025

Publicado online em 29/11/2025